

DOCUMENTO INFORMATIVO SOBRE A ACTUAL SITUAÇÃO ECONÓMICA EM ANGOLA

I – ASPECTOS GERAIS

1.- INTRODUÇÃO

A situação económica vivida pelo país entre 1975 e 2002 foi caracterizada por um conflito militar que durou quase três décadas e que teve como consequências essenciais:

- A redução significativa do parque de infraestruturas da economia, por efeito directo da guerra e por carência de manutenção e conservação;
- a ruína de muitas cidades e centros urbanos, outrora importantes pontos de intermediação económica e comercial;
- a má governação e a aplicação de políticas macroeconómicas inconsequentes;
- a acumulação de défices fiscais sucessivos;
- a elevada dependência das receitas fiscais dos impostos petrolíferos: em média entre 65% e 70%;
- o peso excessivo das despesas públicas no Produto Interno Bruto: em média entre 1991 e 2001 em redor dos 57,5%;
- taxas anuais de inflação muito altas: a taxa anual média de inflação entre 1991 e 2001 foi de 893,5%;
- taxas de juro no mercado de capitais elevadas, portanto, desincentivadoras do investimento privado: a taxa média de juro entre 1991 e 2001 foi de cerca de 200% ao ano;
- a sobrevalorização da moeda nacional e instabilidade no mercado cambial, com diferenciais entre as taxas de câmbio de referência e do mercado paralelo que chegaram a atingir seis vezes;
- taxas de crescimento do PIB baixas, embora positivas, mas fortemente influenciadas pelos sectores petrolífero - que se desenvolveu sem grandes interferências da guerra - e diamantífero. Para os anos mais recentes – dentro daquele período de tempo – as taxas reais de crescimento (a preços constantes de 1992) foram: 5,5% em 1998, 2,7% em 1999, 3,7% em 2000, e 5,2% em 2001;
- por sectores de actividade, o comportamento foi o seguinte:
 - extracção de petróleo: 3,5% em 1998, 1,0% em 1999, 0,4% em 2000 e -1,0% em 2001;
 - diamantes: 90,2% em 1998, 37,7% em 1999, 12,8% em 2000 e 19,5% em 2001;
 - agricultura, silvicultura, pecuária e pescas: 5,2% em 1998, 1,3% em 1999, 9,3% em 2000 e 18,0% em 2001;
 - construção e obras públicas: 10% em 1998, 5% em 1999, 7,5% em 2000 e 8,5% em 2001.

- a desarticulação sectorial profunda: os sectores do petróleo e dos diamantes representaram, em média, 58,3% do PIB total.

O Protocolo de Cessar Fogo – Protocolo do Luena – assinado entre o Governo de Angola e a UNITA em 4 de Abril de 2002, terminou com 27 anos de guerra civil e veio colocar o crescimento económico na ordem do dia, tendo o mesmo sido escolhido como objectivo estratégico do país. A paz possibilitou que, a partir do momento em que foi obtida, diferentes aspectos da sociedade angolana passassem a ser considerados:

- a reconciliação nacional, factor essencial para que se possa construir uma economia nacional e levar o desenvolvimento ao interior do país;
- o aprofundamento da democracia e a extensificação da participação da sociedade civil, de modo a que o desenvolvimento seja participativo, se diminua o envolvimento directo do Estado na economia e se constitua uma classe empresarial privada nacional;
- o aproveitamento racional e em nome da população da enorme potencialidade de recursos naturais extra-petróleo e extra-diamantes que o país, reconhecidamente, detém;
- a Visão estratégica da economia e a programação do desenvolvimento em modalidades racionais e valorizadoras das iniciativas privadas;
- a definição duma Nova Parceria para o Desenvolvimento, em que as doações internacionais, o investimento directo estrangeiro e a cooperação empresarial passam a ter um novo quadro prospectivo, mais propício à sua rendibilidade económica e ao seu retorno social;
- um reconhecimento internacional de Angola como país de futuro e no qual se pode acreditar.

A Alemanha esteve comprometida no crescimento económico de Angola durante o tempo da Administração portuguesa, em domínios como a agricultura, a indústria extractiva e a indústria transformadora. Depois da independência, e particularmente nos anos mais recentes, a Alemanha desenvolve programas de cooperação técnica e institucional com Angola, sendo relevantes, por exemplo, as acções da GTZ e da Fundação Friedrich Erbert, para além das de outras organizações não governamentais.

O actual envolvimento da República Federal da Alemanha baseia-se no seu desejo de contribuir para a consolidação da paz, a promoção dos direitos humanos, o aprofundamento da democracia, a boa governação, a erradicação da pobreza e o alívio das carências básicas da população mais pobre.

Naturalmente que as relações económicas e comerciais entre Angola e a Alemanha têm, agora, um novo espaço de envolvimento e de progressão. Angola reúne as condições necessárias para se tornar num dos principais actores na região da SADC e também na zona da CEEAC, tanto do ponto de vista económico, quanto político. A paz no país vai ter um impacto decisivo na estabilidade política das duas regiões e, mesmo, na região dos Grandes Lagos. Se o crescimento económico do país seguir o rumo desejado pelo Governo e

pela sociedade civil – também pela comunidade internacional -Angola pode vir a assumir responsabilidades políticas acrescidas no contexto africano e, mesmo, no quadro político internacional. A circunstância de Angola ter feito parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2003-2004 conferiu ao país bastante credibilidade internacional e permitiu que fosse reconhecida a sua capacidade política para o diálogo e a cooperação e que pode ser aproveitada com vantagem em áreas geográficas onde a Alemanha tem interesses.

As específicas qualificações que Angola apresenta no campo económico, tornam o país num parceiro muito importante das relações comerciais com a classe empresarial alemã, particularmente nos domínios em que a República Federal da Alemanha tem um elevado domínio técnico e tecnológico.

2.- QUADRO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Apesar da insegurança militar que perdurou durante o conflito interno, Angola manteve uma situação social caracterizada por uma relativa estabilidade política, num contexto monopartidário. Não ocorreram golpes de Estado no país desde a independência, para além da tentativa frustrada de 27 de Maio de 1977. Foi, no fundo, esta situação que permitiu que o sector petrolífero se desenvolvesse tanto em Angola, sendo, desde praticamente 5 anos depois da independência, a única actividade económica que funciona regularmente, longe das dificuldades financeiras, materiais e humanas que se abateram – e ainda abatem – sobre os outros.

A grande alteração político-institucional, que marcou a passagem da primeira para a segunda República foi a definição de Angola como um Estado Democrático de Direito, assente num modelo de separação de poderes e interdependência de funções entre os órgãos de soberania, num sistema político semi-presidencialista que reserva ao Presidente da República um papel activo e interventivo. Não tivesse sido o prosseguimento do conflito militar depois de 1992 – ano das primeiras eleições livres e democráticas – e hoje o país poderia ser um Estado democrático na plena assunção do termo.

2.1.- O actual perfil político-institucional

São quatro os actuais órgãos de soberania: o Presidente da República, a Assembleia Nacional (poder legislativo), os Tribunais (poder judicial) e o Governo (poder executivo).

Na Assembleia Nacional estão representados 12 partidos políticos com 220 deputados. Os partidos mais representativos são o MPLA com 129 deputados, a UNITA com 70 deputados, o PRS com 6 deputados e a FNLA com 5 deputados. Devido ao prosseguimento do conflito militar interno – com fases muito agudas, especialmente, em 1993/1994 e em 1998 – não mais voltaram a estar reunidas as condições para o exercício da democracia através dos pleitos eleitorais, sendo, por isso, que a actual Assembleia leva quase 12 anos de actividade legislativa.

O actual executivo central da República de Angola, por força dos compromissos políticos rubricados em 1994, no âmbito do Protocolo de Lusaka, está constituído, desde Novembro de 1996, em Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), no interesse superior da reconciliação nacional, tendo entrado em funções em Abril de 1997.

2.2.- O Poder Judicial e o seu desempenho

No topo da pirâmide do sistema judicial angolano encontra-se o Tribunal Supremo, que desempenha, igualmente e em regime de acumulação temporária, as funções de Tribunal Constitucional, a quem compete administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional, com destaque para as diferentes situações de inconstitucionalidade. Existe criado um órgão de Provedoria de Justiça – órgão público independente que tem por objecto a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos - que, no entanto, ainda não preenchido no cargo do Provedor.

À Procuradoria-Geral da República compete preencher o espaço do Provedor de Justiça, tendo em conta que aquela entidade tem como atribuições gerais a defesa da legalidade democrática.

O Tribunal de Contas está em funcionamento, depois de em 2000 ter sido eleito o seu respectivo presidente. Este tribunal é um órgão especialmente encarregado de exercer a fiscalização sobre os actos do Estado e demais pessoas colectivas de direito público (como as empresas públicas) – em particular em aspectos relacionados com a execução orçamental, a adjudicação de contratos, a aquisição de compras, etc. - e garantir a transparência na utilização dos fundos públicos.

Igualmente orientada nesta direcção está a Alta Autoridade contra a Corrupção, criada em 1996, aguardando, no entanto, a designação do seu titular.

Com a eleição dos seus representantes em 1999, está a funcionar o Conselho Superior da Magistratura Judicial, a quem compete, nomeadamente, apreciar o mérito profissional e exercer a acção disciplinar sobre os juizes.

3.- A SITUAÇÃO ECONÓMICA RECENTE(2002/2003)

3.1.- Os desequilíbrios macroeconómicos

O quadro macroeconómico é, normalmente, o primeiro a ser analisado quando se pretende ter duma qualquer economia uma informação geral, porém consistente com a realidade. Igualmente, os grupos empresariais privados atribuem aos dados macroeconómicos uma grande importância, sobretudo pelas informações quanto ao peso do Estado na economia e à estabilidade monetária.

3.1.1.- Inflação e câmbios

A inflação – medida pelo índice de preços no consumidor – e as taxas de câmbio são duas variáveis económicas de curto prazo às quais se atribui um papel central no comando e manutenção da estabilidade macroeconómica.

O quadro seguinte disponibiliza informação recente sobre Angola:

TAXAS DE CÂMBIO E DE INFLAÇÃO

MESES	2002						2003					
	Depreciação formal	Depreciação informal	Índice taxa formal	Índice taxa informal	Spread	Taxa de inflação	Depreciação formal	Depreciação informal	Índice taxa formal	Índice taxa informal	Spread	Taxa de inflação
Jan	7,8	6,2	78,4	83,3	1,0625	7,6	6,2	6,0	72,0	76,9	1,0680	7,0
Fev	5,3	(2,0)	77,9	77,0	0,9884	6,2	6,8	(0,2)	71,5	71,4	0,9986	7,7
Março	5,1	6,7	77,6	77,9	1,0038	5,6	4,2	6,4	70,7	72,0	1,0184	5,6
Abril	4,6	3,8	78,1	77,7	0,9948	4,1	4,1	3,6	68,7	69,6	1,0131	7,3
Maio	5,4	5,3	77,0	76,6	0,9948	7,0	4,3	4,0	68,2	69,0	1,0117	5,2
Junho	5,2	5,8	77,2	77,2	1,0000	5,0	4,4	3,2	67,7	67,7	1,0000	5,4
Julho	5,6	5,3	76,1	75,9	0,9974	7,3	5,8	6,8	69,0	69,7	1,0101	4,0
Agost	4,2	8,1	73,9	76,5	1,0352	7,4	5,9	7,8	69,7	71,7	1,0287	5,0
Set	4,4	2,4	73,4	74,8	1,0191	5,2	(6,0)	(5,1)	63,9	66,3	0,9910	2,8
Out	4,4	2,5	73,8	73,7	0,9986	4,0	(2,3)	(3,6)	61,6	63,1	1,0243	1,5
Nov	5,1	5,0	73,1	72,9	0,9973	6,2	(0,3)	(0,9)	60,1	61,2	1,0183	2,4
Dez	7,4	15,3	72,4	77,4	1,0691	8,7	0,1	2,2	57,6	59,9	1,0399	4,6
Acumulado	87,3	85,7	-	-	1,1364	105,6	37,6	33,5	-	-	1,0433	76,6

FONTES: BNA, Gabinete de Estudos e Estatística; INE/MINPLAN.

NOTAS: os índices das taxas de câmbio são reais, medindo, por isso, uma competitividade real da economia, pela via cambial. O "spread" cambial foi calculado com base nos índices reais das taxas de câmbio formal e informal.

Numa perspectiva dinâmica, são claras as tendências para a estabilização no domínio macroeconómico:

- convergência cambial entre os mercados de referência e o informal: a correspondente diferença passou de 13,6% em 2002, para 4,3% em 2003, em consequência duma política cambial activa;
- a depreciação cambial formal aproximou-se da que o mercado registou pela livre actuação dos seus mecanismos: 37,6% e 33,5% respectivamente;
- o processo de desinflação (redução do ritmo de subida dos preços) intensificou-se entre 2002 e 2003, tendo-se, neste último ano, registado uma taxa acumulada de inflação de 76,6%, como resultado, em grande medida, da política monetária restritiva aplicada pelo Banco Nacional de Angola e dos progressos registados no sistema de controlo e realização de gastos públicos. A desinflação torna-se muito mais nítida se juntarmos as informações relativas a anos anteriores: 2000 – 268,4%; 2001 – 116,1% e 2002 – 105,6%.

No entanto, parece que o essencial da relativa estabilidade cambial se ficou a dever às intervenções do Banco Nacional de Angola no mercado cambial primário, como o atestam as informações do quadro seguinte:

INTERVENÇÕES LÍQUIDAS DO BNA NO MERCADO CAMBIAL PRIMÁRIO

ANOS	VENDA LÍQUIDA DE DIVISA (milhões USD)	VARIACÃO PERCENTUAL	VARIACÃO NOMINAL		VARIACÃO REAL	
			Taxa câmbio referência	Taxa câmbio informal	Taxa câmbio referência	Taxa câmbio informal
2000	408,3	-	201,9	214,6	-18,7	-12,6
2001	997,1	144,2	90,0	90,0	-9,9	-9,6
2002	1439,8	44,4	83,6	90,5	-7,4	-8,6
2003	2053,4	42,6	34,8	25,2	-20,4	-22,6

FONTE: Direcção de Estudos e Estatística do Banco Nacional de Angola.

A única questão relevante que se pode opor à política cambial do BNA é a do custo de oportunidade associado ao valor muito elevado das intervenções cambiais. No entanto, a maior confiança na moeda nacional pode ser um bem público de indiscutível utilidade social.

3.1.2.- Despesas públicas e défice fiscal

Neste aspecto convém sublinhar os esforços realizados pela política orçamental para conter o défice fiscal em limites economicamente aceitáveis. E, na verdade – apesar das enormes pressões para a realização de despesas de incidência social exigidas em nome da melhoria acelerada das condições de vida da população mais desfavorecida – tal desiderato foi conseguido, tendo o saldo global das contas do Governo em relação ao PIB passado de –8,8% em 2002 para – 6,8% em 2003.

Parece, no entanto, difícil manter o saldo orçamental primário em limites muito estreitos, haja em vista as avultadas despesas sociais e de recuperação/construção das infraestruturas económicas que o Estado terá, necessariamente, de assegurar. Acresce, de igual modo, a problemática dos salários da Função Pública e do número de servidores civis do Estado, que pode conduzir a divergências nas discussões com algumas instituições internacionais. O montante das despesas públicas no PIB é considerado muito elevado (41% em 2002 e 43% em 2003), particularmente quando comparado com a média da SADC e com a qualidade dos serviços que o Estado presta às empresas e aos cidadãos. O peso dos salários civis no PIB é, também avaliado como exagerado (10% em 2002 e 15% em 2003), muito embora o salário médio pouco ultrapasse os 400 dólares americanos mensais.

3.1.3.- Moeda e crédito

O que de importante se deve sublinhar neste aspecto prende-se com o aumento do crédito à economia e a sensível diminuição do crédito ao Estado desde 2001. O modelo de desinflação da economia optou por um financiamento do défice centrado no lançamento de obrigações do Tesouro Nacional e na contratação de financiamentos externos.

As tendências recentes são claramente anunciadoras de que a economia nacional caminha em direcção à estabilidade macroeconómica, podendo, dentro de mais 2 anos, pensar-se, de uma forma mais acentuada em políticas claramente desenvolvimentistas.

3.1.4.- Dívida Externa

O “*stock*” de dívida externa, incluindo juros atrasados, era de 7695 milhões de dólares americanos em 31 de Dezembro de 2002, ou seja, 478 milhões de dólares inferior à posição do ano anterior. Excluindo os juros em atraso, o valor do estoque da dívida externa baixa para 6634 milhões de dólares americanos, o que representou um decréscimo de 8,6% comparativamente a 2001. O montante total de dívida externa em 2002 representou 74% do PIB, contra 82,7% em 2001. Com a mesma tendência se apresenta o rácio do serviço da dívida externa relativamente às exportações de bens e serviços: 43% em 2001 e 26,9% em 2002. O crescimento acentuado das exportações de petróleo e diamantes, a exclusão do serviço da dívida de curto prazo e o decréscimo do serviço da dívida de médio e longo prazo, explicam semelhante comportamento positivo.

Ao contrário do que se passou em 2001, no ano passado a redução do volume da dívida externa esteve, principalmente, relacionado com o abatimento significativo da dívida aos países do leste europeu, nomeadamente, a Rússia, a Polónia e a Alemanha (dívida à ex-RDA).

Em 2002 registou-se uma substancial aligeiramento dos atrasados da dívida externa através de discussões bilaterais entre o Governo angolano e alguns parceiros, como foram os casos de Portugal e Polónia. Entretanto, continuam a registar-se amortizações significativas da dívida externa com carregamentos de petróleo, hipotecando, cada vez mais, as gerações futuras.

Ainda que a situação não seja dramática, continua, no entanto a ser necessária uma estratégia de endividamento externo de curto e médio prazo e dum programa diferente de negociação e reescalonamento da dívida externa, o que vai ter de passar pela assinatura dum Programa com o Fundo Monetário Internacional.

3.2.- Economia Real

Apesar das boas indicações macroeconómicas, a economia real não mineira ainda não conseguiu posicionar-se claramente como a grande alternativa ao petróleo e aos diamantes. Permanecem dificuldades várias, problemas estruturais que dois anos de paz efectiva não foram suficientes para mitigar e carências sociais profundas, de que a taxa de pobreza de 68,2% dá bem uma ideia.

3.2.1.- Produto Interno Bruto

Do ponto de vista da articulação sectorial interna, são identificáveis desequilíbrios fundamentais, conforme se pode constatar pelas informações seguintes:

ESTRUTURA SECTORIAL DA ECONOMIA ANGOLANA(%)

SECTORES	2001	2002	2003
Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca	8,2	8,0	8,2
Petróleo, gás e refinados	51,2	53,8	48,3
Diamantes e outras	6,2	4,7	4,5
Indústria Transformadora	3,9	3,7	3,8
Energia e Água	0,0	0,0	0,0
Construção e Obras Públicas	3,6	3,4	3,6
Serviços Mercantis	15,4	14,1	14,2
Serviços não Mercantis	9,3	10,5	15,1
PIB a preços de mercado	100,0	100,0	100,0

FONTE: INE/MINPLAN-Contas Nacionais

Verifica-se que os sectores estruturantes numa nova ordem económica interna (construção, indústria transformadora e energia) não representam, em conjunto, mais do que 7,3% do PIB (média percentual dos anos representados no quadro). Acresce que a actividade do Estado relevante para a contabilidade nacional numa perspectiva sectorial aumentou, significativamente, a sua representatividade, tendo passado de 9,3% em 2001, para 15,1% em 2003.

As dinâmicas sectoriais estão reflectidas nos dados estatísticos do quadro seguinte:

TAXAS ANUAIS MÉDIAS DE CRESCIMENTO A PREÇOS DE 1992(%)

SECTORES	2001	2002	2003
Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca	18,0	13,4	11,7
Petróleo, gás e refinados	-1,0	20,6	-2,2
Diamantes e outras	19,5	-2,1	19,8
Indústria Transformadora	9,8	10,3	11,9
Energia e Água	10,0	21,3	0,2
Construção e Obras Públicas	8,5	10,0	12,6
Serviços Mercantis	6,0	11,6	9,9
Serviços não Mercantis	1,0	2,5	1,9
PIB a preços de mercado	5,2	13,2	5,2

FONTE: INE/MINPLAN-Contas Nacionais

A estreita correlação entre o crescimento económico e o crescimento do valor acrescentado do sector mineral (petróleo mais diamantes) é uma das evidências dos números anteriores – estes dois sectores responderam, em média, por 17%, 60,5% e 7,3%¹ do crescimento económico total nos anos considerados. Ou seja, as taxas elevadas de crescimento económico estão dependentes, exclusivamente, da dinâmica da procura externa de produtos de base não transformados. A desestruturação económica interna – sectorial e

¹ Estas taxas de contribuição relativa de cada sector de actividade para o crescimento económico, foram estimadas com base na estrutura económica interna a preços constantes de 1992.

espacial – a debilidade (tecnológica, gestonária e organizativa) do tecido produtivo e a fraca produtividade institucional (da Administração Pública, dos sistemas judicial, cultural, financeiro, empresarial, social e fiscal) são as razões essenciais para que quando falham os sectores de enclave, o crescimento económico geral regista-se a taxas baixas.

3.2.3.- Balança de Pagamentos

A balança de pagamentos apresenta algumas características peculiares duma economia de enclave:

- depende em 98% das receitas de exportação de dois produtos, o petróleo e os diamantes;
- o peso das importações de serviços é desproporcionado ao relativo às de bens, particularmente de equipamentos e produtos intermédios;
- as importações directas do sector petrolífero (bens de consumo e de equipamento) – sem pagamento de direitos aduaneiros por força da lei dos regimes especiais do sector petrolífero – situaram-se, em média, no bilião e meio de dólares;
- o grau de abertura da economia é, seguramente, um dos mais elevados do mundo, porquanto as exportações mais as importações representam, em média, 150% do PIB.

BALANÇA DE PAGAMENTOS

(milhões de dólares)

RUBRICAS	2000	2001	2002
Exportações fob	7920,7	6534,3	8327,8
Exportações petróleo	6950,7	5690,0	7538,7
Exportações refinados/gás	168,9	112,8	105,4
Diamantes e outros	801,1	731,5	683,7
Importações fob	-3039,5	-3179,2	-3760,1
Crédito de serviços	301,7	225,5	224,5
Juros dívida externa	-596,7	-539,0	-452,7
Lucros e dividendos	-928,6	-927,1	-1076,3
Fretes, afretamentos e viagens	-440,0	-454,7	-496,2
Outros débitos serviços	-2449,4	-3181,3	-2,949,1
Doações	98,9	163,9	135,3
Perdão da dívida	18,2	3,9	-
Saldo da BTC	813,8	-1427,1	-150,2

FONTE: Direcção de Estudos e Estatística do Banco Nacional de Angola.

II.- PRINCIPAIS ESTRANGULAMENTOS E DESAFIOS

Permanecem problemas que se acumularam durante quase trinta anos de guerra pós-independência em domínios relevantes para a iniciativa privada.

Sistema financeiro

A instabilidade macroeconómica que caracterizou o funcionamento da economia angolana desde a independência, exerceu uma influência condicionadora sobre o desenvolvimento e modernização do sistema financeiro. O clima de insegurança só ultrapassado depois de Abril de 2002 condicionou a entrada de bancos de capitais estrangeiros no país e a expansão geográfica do sistema bancário. A sua localização actual está concentrada no litoral do território, muito embora depois de 2002 se tenha assistido a um aumento considerável da rede bancária privada, havendo, hoje, províncias do centro interior com dependências de praticamente todos os bancos sediados em Luanda, incluindo os de origem estrangeira.

Como consequência directa da entrada de novos operadores no sistema bancário e da abertura ocorrida em Maio de 1999 – traduzida na permissão de depósitos em moeda a residentes e não residentes cambiais, no levantamento de restrições de importações com fundos próprios e na permissão da concessão de créditos em moeda estrangeira - ocorreu um aumento da intermediação financeira na economia.

O sistema financeiro angolano é, actualmente, constituído por um Banco Central, onze bancos com características universais, dos quais dois de capitais públicos e nove de capitais privados, um Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (para apoiar a iniciativa privada em domínios considerados prioritários pelo Governo), três fundos de pensões e duas seguradoras.

Não obstante o registo de desenvolvimentos positivos, apresentam-se como debilidades da actual estrutura a falta de instituições financeiras especializadas e de serviços financeiros diferenciados, bem como a inexistência dum mercado de capitais.

O sistema fiscal

O sistema fiscal angolano é constituído por um conjunto de normas jurídicas consagradas na actual Lei Constitucional e em Códigos e outra legislação avulsa sobre matéria tributária. Destacam-se: Código Geral Tributário, Código do Imposto sobre os Rendimentos, Código de Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, Código do Imposto Industrial, Código do Imposto sobre Aplicação de Capitais, Registo Geral de Contribuintes, Regulamento do Imposto de Consumo, Imposto sobre Importações, Regime Fiscal para a Indústria Mineira.

O imposto industrial impende sobre os lucros resultantes do exercício duma qualquer actividade económica devidamente registada, de natureza comercial ou industrial. Estão sujeitas ao pagamento do imposto industrial todas as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, com sede ou direcção efectiva em Angola.

O imposto sobre a aplicação de capitais incide sobre os rendimentos provenientes da aplicação de capitais e é devido pelos titulares dos respectivos rendimentos.

O imposto sobre o consumo incide sobre a produção e importação de mercadorias, independentemente da sua origem. São devedores deste imposto as pessoas singulares ou colectivas que pratiquem operações de produção, fabrico ou transformação de bens, que procedam à importação de bens, que consumam água e energia e utilizem serviços de telecomunicações e de hotelaria.

O imposto de selo tem uma ampla base de incidência e é praticado em todas as operações comerciais.

O imposto predial urbano é um imposto sobre o património e incide sobre os rendimentos de todos os prédios urbanos, arrendados ou não arrendados, situados em território nacional.

Em meados do presente ano, a pauta aduaneira nacional sofreu importantes reajustamentos no sentido de a conformar com as indicações e os procedimentos da Organização Mundial do Comércio e do Protocolo de Livre Comércio da SADC, tendo-se, no geral, verificado uma redução na taxa de protecção efectiva.

Sistema laboral e sistema de segurança social

Para além da Lei Constitucional, a actividade laboral na República de Angola é regulada, essencialmente, por duas leis fundamentais, a saber: a Lei Geral do Trabalho (Lei nº2/00 de 11 de Fevereiro) – que se aplica a todos os trabalhadores prestando serviços remunerados por conta de um empregador - e a Lei nº17/90 de 20 de Outubro sobre os princípios a observar pela Administração Pública.

Estas duas Leis regulamentam a generalidade da actividade laboral exercida em Angola, deixando de fora aquelas actividades que pela sua especialidade e/ou particularidade reclamam por legislação especial.

Pratica-se em Angola o salário mínimo nacional. A Lei Geral do Trabalho estabelece que o salário mínimo nacional é fixado periodicamente, após consulta com consignatários das organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores, sendo os dois critérios principais de ajustamento o índice de preços no consumidor e os ganhos de produtividade.

No que respeita à Segurança Social, igualmente consagrada na Lei Constitucional da República em termos de princípios enformadores do respectivo sistema, é, contudo, a Lei nº 18/90 de 27 de Outubro que define os beneficiários do sistema, as modalidades de prestação, assim como as fontes do seu financiamento e a organização administrativa do referido sistema.

Desafios

Apesar de alcançada a paz, Angola ainda defronta alguns desafios importantes para se afirmar como uma economia organizada e um país democrático. A paz necessita de ser consolidada, o que passa pelo aprofundamento da democracia, pelo crescente envolvimento da sociedade civil e, mais importante, pelo crescimento económico e por uma mais equilibrada repartição da riqueza e do rendimento nacional.

A reconciliação nacional é, garantidamente, um dos desafios mais importantes a médio prazo. Quase trinta anos de guerra interna deixaram marcas profundas nos espíritos das pessoas e que se traduzem em desconfiança entre os cidadãos, falta de esperança no futuro, descrença nas capacidades individuais e colectivas, factores suficientemente inibidores da construção do espírito de Nação e da participação nos sacrifícios da reconstrução económica.

Outro ponto de relevância é o da transparência e da boa governação. Indiscutivelmente que a finalização do conflito militar tornou mais difícil a continuação de práticas de corrupção tão escandalosamente claras. Por exemplo, as despesas não orçamentadas – ou desorçamentadas – têm vindo a diminuir substancialmente e os critérios de gestão orçamental têm sofrido melhorias significativas. No entanto, a Administração do Estado é lenta, muito burocratizada, com níveis baixos de produtividade e com uma capacidade de resposta – em tempo e qualidade – muito baixa. Os serviços que normalmente o Estado deveria fornecer aos cidadãos e aos empresários têm de ser pagos se se pretender celeridade nas decisões e na resolução dos processos. Existe um verdadeiro mercado da corrupção no fornecimento de bens e serviços públicos. É evidente que estas formas de disfuncionalidades representam custos elevados para o sector privado.

Outro grande desafio é a pobreza e as condições sociais da população. Angola é um dos mais ricos países de África e no contexto da África Austral – SADC – provavelmente o segundo maior em termos de potencialidades de crescimento e recursos minerais conhecidos (petróleo, diamantes, ferro, ouro, urânio, hidroelectricidade) , a seguir à República Democrática do Congo. O país igualmente dispõe de solos férteis e de características pedológicas diferenciadas, o que lhe permite uma diversidade de culturas que outros países dificilmente apresentam. Do ponto de vista dos recursos hídricos, Angola é um dos mais importantes países de África em termos de disponibilidade de água. Estima-se que cerca de 18% da totalidade dos recursos em água doce estão concentrados em Angola. (se juntarmos os dois Congos, chega-se a uma cifra de 68% de concentração de água). Estas características conferem à economia angolana determinadas vantagens competitivas quase naturais que o sector privado pode aproveitar. Apesar de tudo isto, Angola apresenta uma das maiores taxas de pobreza do mundo e de África: mais de 68% da população vive em condições de pobreza e cerca de 27% em situação de pobreza absoluta. Os índices sociais são muito baixos no país: prevalece uma elevada taxa de analfabetismo dos adultos (cerca de 58% da população com 15 e mais anos), regista-se uma taxa baixa de escolarização das crianças em idade escolar, as taxas de repetência e de abandono escolar são altas, a eficiência do ensino superior universitário é reduzida, a taxa de mortalidade infantil é alta,

a prevalência de endemias várias, como a malária, é elevada e verifica-se uma tendência de aumento da taxa de seropositividade no HIV/SIDA.

Assim, a discrepância entre o potencial económico e a realidade social é um dos principais desafios que Angola tem de vencer, o que requer que o seu Governo e a sua sociedade civil usem melhor os recursos e seja dada prioridade absoluta ao desenvolvimento económico e á repartição do rendimento.

A integração da República de Angola em áreas económicas de carácter regional constitui-se, igualmente, como um desafio a tomar em linha de consideração. Angola é um país da SADC e da CEEAC, espaços geográficos aonde poderá vir a desempenhar um papel de relevância económica, compatível com as suas potencialidades naturais. Convirá, neste contexto, estabelecer relações adequadas entre as actividades económicas mais aptas à integração económica interna e à máxima criação de empregos e as especializações produtivas que deverão conferir maior competitividade económica naqueles espaços. Mais do que em qualquer outra área económica, é aqui que o binómio eficiência/equidade deve ser devidamente equacionado, de modo a que os diferentes objectivos estratégicos possam ser maximizados.

Algumas informações estatísticas recentes comprovam que as diferenças regionais apresentadas no Relatório Económico de 2002 permanecem, conforme o atestam os valores do quadro seguinte:

PAÍSES	POSIÇÕES ECONÓMICAS NA SADC					
	PRODUTO INTERNO BRUTO			ESTRUTURAS ECONÓMICAS		
	(milhões de dólares de 1995)			REGIONAIS (%)		
	1999	2001	2002	1999	2001	2002
Angola	6674	7095	8181	3,0	3,1	3,4
Botswana	6061	7000	7023	2,8	3,0	2,9
Congo, R.D	4958	4519	4654	2,3	1,9	1,9
Lesotho	1060	1109	1151	0,5	0,5	0,5
Malawi	1710	1657	1687	0,8	0,7	0,7
Maurícias	4748	5268	5500	2,2	2,3	2,3
Moçambiq	3330	3821	4115	1,5	1,6	1,7
Namíbia	4022	4257	4373	1,8	1,8	1,8
Seychelles	659	676	678	0,3	0,3	0,3
S. Sfrica	166329	177012	182281	75,8	76,2	76,0
Swazilândia	1571	1632	1690	0,7	0,7	0,7
Tanzânia	6114	6854	7287	2,8	3,0	3,0
Zâmbia	3854	4188	4326	1,8	1,8	1,8
Zimbabwe	8233	7172	6771	3,8	3,1	2,8
SADC	219323	232260	239717	38,1	37,7	37,8
AFRICA	575607	615439	634837	100,0	100,0	100,0

FONTE: African Development Indicators, 2004

A posição que a África do Sul detém no conjunto das economias da SADC muito dificilmente será disputada, restando, portanto, por um lado, desafiar o lugar de segunda maior economia deste espaço e, por outro, ver que países

poderão endogenizar e maximizar os efeitos de irradiação da economia sul africana². O domínio económico sul africano é arrasador:

III.- PERSPECTIVAS E SECTORES DE INVESTIMENTO

Indiscutivelmente que o conflito militar era o mais importante obstáculo para que se começasse a pensar o país. Existem a partir de agora outras condições para que ocorra uma convergência salutar de vontades, investimentos, know-how, capacidades e financiamentos para promover e garantir a reconstrução económica e o desenvolvimento social.

Provavelmente em 2005 – e culminando as discussões que se têm desenrolando este ano – será assinado um Programa Monitorado com o Fundo Monetário Internacional, que terá evidentes vantagens para Angola: diminuição do risco-país, obtenção de financiamentos externos em condições normais de mercado, renegociação e reescalonamento da dívida externa junto do Clube de Paris e beneficiação de ajuda internacional em valores mais elevados.

O Governo fez aprovar muito recentemente um Programa Geral para 2005-2006, visando preparar as condições para o relançamento da economia numa situação de paz efectiva.

São intenções deste Programa Geral do Governo:

- incluir a Estratégia de Combate à Pobreza, constituindo a parte nuclear de determinados programas integrados os projectos que estão considerados da ECP;
- procurar aproveitar as condições de estabilidade militar e política para se dar início ao combate efectivo à fome e à pobreza e garantir a estabilidade social;
- ser extremamente operativo, do que resulta a necessidade duma efectiva coordenação ao nível da estrutura governativa e das instituições da Administração do Estado;
- ser consistente com os objectivos gerais de redução da pobreza e de relançamento da actividade económica não mineral;
- articular-se em torno de objectivos programáticos, como, a estabilidade macroeconómica, o crescimento económico dos sectores estruturantes duma nova ordem económica interna, a melhoria dos serviços sociais (designadamente, na saúde, educação, água e electricidade, habitação e saneamento, etc.), melhoria das infraestruturas económicas e valorização dos recursos humanos nacionais, a capacitação das instituições públicas, o apoio ao sector privado e o desenvolvimento territorial.

Este Programa tem a seguinte estrutura interna:

- Introdução
- Diagnóstico Estratégico

² Será que a proximidade geográfica é o elemento mais importante para que se acomodem os efeitos de difusão do crescimento económico?

- Objectivos para 2005-2006
- Políticas e medidas de política
- Metas Globais
- Subprogramas e metas específicas
 - Subprograma integrado de reformas e capacitação institucional
 - Subprograma integrado de relançamento da actividade produtiva
 - Subprograma integrado de melhoria dos serviços sociais
 - Subprograma integrado de assistência social
 - Subprograma integrado de Habitação, Urbanismo, Saneamento Básico e Ambiente
 - Subprograma integrado de base territorial
 - Subprograma de desenvolvimento do sistema financeiro
- Matrizes de impacto
- Relações exteriores e cooperação internacional
- Orçamento global e financiamento
- Implementação, coordenação e monitoria

Um aspecto a ser realçado relaciona-se com a preocupação de integração dos projectos e de consistência entre as medidas/acções/projectos e os objectivos. Parece que pela primeira vez se consegue encadear as acções e enquadrar os investimentos públicos numa perspectiva correcta, qual seja, serem os instrumentos para a criação das condições que façam funcionar a actividade privada e aumentem o grau de satisfação das necessidades sociais. De resto, deve dizer-se que das orientações superiores transparecia a enorme preocupação da falta de efectividade dos investimentos públicos para o sector privado e a população em geral.

Num cenário de recuperação económica efectiva com um Acordo Monitorado com o FMI, será, então, possível aproveitar determinadas vantagens que o país detém.

Actividades económicas com vantagens competitivas

Angola possui um conjunto determinado de vantagens comparativas no contexto da SADC que importa que o sector privado explore.

** Indústrias vantajosas para a promoção das exportações*

Existe um agregado de indústrias que no contexto africano e em particular da SADC apresenta vantagens comparativas evidentes, devendo a política industrial facilitar o seu aprofundamento e promover o aparecimento de nichos de modernidade industrial, capazes de polarizarem determinados efeitos sobre outras indústrias. De acordo com determinados estudos que têm sido efectuados sobre as vantagens comparativas da economia angolana, particularmente no contexto da SADC, podem-se avançar as conclusões seguintes:

- apesar da guerra e das suas pesadas consequências, Angola não é portadora de nenhuma inabilidade estrutural para a exportação de produtos potencialmente competitivos no mercado africano e regional da África austral; a prová-lo estão, por exemplo, as exportações de pasta de papel (cerca de 13,7 milhões de USD em 1971, ou um pouco mais de 105 milhões de USD aos preços actuais) e a produção de óleos vegetais (38 milhões de USD aos preços actuais) e de açúcar (quase 90 milhões de USD aos preços actuais);
- o país apresenta evidentes vantagens competitivas para a exportação de petróleo e produtos derivados e para as manufacturas de minerais não metálicos e patenteia algumas vantagens relativas nos outros produtos alimentares e outras indústrias transformadoras, para a madeira e produtos derivados, para os têxteis, para o açúcar e derivados;
- aos produtos anteriores deverão ser acrescentados os que no passado detiveram uma percentagem significativa nas exportações do país e que podem ser considerados como fazendo parte duma certa tradição industrial angolana: pasta de papel e papel, tabaco, algumas bebidas e o tabaco processado.

Na base dos valores de certos indicadores de competitividade, algumas considerações adicionais devem ser aduzidas quanto à capacidade/possibilidade de alguns produtos poderem, num processo concertado de reconversão e recuperação industrial, fazerem parte das actividades do comércio externo do país. Por exemplo, o valor patenteado para a gama de produtos minerais não metálicos coloca Angola numa posição potencialmente mais vantajosa relativamente a muitos países da SADC, incluindo a África do Sul. Estão neste caso as rochas fosfatadas de alto teor e o cimento. Relativamente às primeiras, os jazigos – avaliados em mais de 100 milhões de toneladas – situam-se na província de Cabinda e dispõem duma localização privilegiada, a apenas 16 km da costa. Um projecto bem dimensionado poderia conduzir à produção de 300 mil toneladas de ácido fosfórico e de 100 mil toneladas de superfosfatos anualmente. Para além dos efeitos directos e imediatos sobre a agricultura nacional, seria possível aumentar as exportações de bens manufacturados, em cerca de 210 milhões de dólares anuais.

Quanto ao cimento, estão perfeitamente delimitadas as enormes potencialidades do país, mormente no que se refere à conquista de algumas franjas dos mercados limítrofes deficitários neste produto.

Outra gama de produtos a ter em devida conta numa estratégia de reindustrialização e de valorização dos recursos naturais nacionais é a dos minerais não ferrosos, donde se destaca o cobre. Angola dispõe de importantes jazigos nas províncias do Uíge, Kuanza-Sul e Kuando-Kubango.

As gamas constituídas pelas indústrias metalúrgicas e de produtos metálicos apresentam, segundo os valores de determinados indicadores, vantagens comparativas nulas, donde e dum ponto de vista estático, Angola não está capaz de disputar este mercado aos seus parceiros regionais. A questão,

porém, muda de figura se a análise for dinâmica e deslocada para o campo das perspectivas e das potencialidades. Pode, em princípio, defender-se que o país disporá de vantagens competitivas adicionais em todas as gamas industriais energia-intensivas (energia hidroeléctrica ecologicamente limpa), como é manifestamente o caso da laminagem do ferro e do aço - donde poderão resultar produções de fio-máquina, barras e perfilados diversos – e do alumínio.

** Indústrias vantajosas para a substituição das importações*

Existe um amplo mercado interno que a indústria transformadora pode cobrir, verificando-se que:

* são claras as vantagens internas para a substituição das importações nas gamas:

- têxtil (certamente devido às possibilidades no algodão)
- papel e derivados do papel, dadas as potencialidades do país na pasta celulósica
- produtos de natureza petrolífera, o que é óbvio
- produtos químicos industriais (soda cáustica e produtos clorados, resinas sintéticas e produtos farmacêuticos) e mesmo outros produtos químicos não especificados
- plásticos e produtos derivados da borracha
- vidro e produtos derivados
- produtos minerais não metálicos
- metais não ferrosos
- montagem de máquinas eléctricas e não eléctricas, bem como de rádios e aparelhos de televisão
- certo material de transporte (atrelados, etc)
- actividade mineira (diamantes, granitos, rochas ornamentais, etc).

No entanto, o critério das vantagens comparativas reveladas para as importações não deve ser exclusivo, sob pena de a análise ser redutora e perder sentido qualquer estratégia de criação do mercado interno. Assim sendo:

» podem ser criadas condições para uma competitividade interna face às importações nas gamas de produtos onde a tradição industrial tenha sido relevante, tais como as bebidas, os têxteis e confecções, os lacticínios e derivados, derivados da pesca, moagem de farinhas em rama e espoadas, fabricação de açúcar, produção de óleos vegetais e derivados (rações, sabão e margarinas), descasque de arroz e fabricação de pneus e câmaras de ar;

» podem ser criadas condições para a aquisição duma competitividade interna nas gamas de produtos onde a produtividade aparente seja mais elevada, como os produtos alimentares, as bebidas, os derivados da madeira, as químicas, borracha e plásticos e os materiais de construção;

» podem ser substituídas as importações nas gamas de produtos onde o país revele uma vantagem comparativa dada pela disponibilidade de

recursos naturais industrializáveis, como, por exemplo, os adubos, o gás e os derivados do petróleo.

Luanda, 3 de Novembro de 2004.